

dos extremos, ou da direita ou da esquerda, não há possibilidade. Ele não encontrará clima para pacificar o País. Portanto, está nas mãos do Presidente João Goulart a pacificação a que V. Exa. se refere, a continuação do regime a que se referiu V. Exa. Este Congresso está aqui esperando o Presidente João Goulart para prestar S. Exa. E estou certo de que S. Exa, patriota como é, não irá enveredar pelos mesmos erros que levaram o Presidente Jânio Quadros à renúncia.

O SR. AURELIO VIANNA — Nobre Deputado, não quero comentar nesta conjuntura os motivos que levaram o Presidente Jânio Quadros a renunciar. São motivos de fôro íntimo. S. Exa. não os revelou claramente, e eu respeito aquele que renunciou a um alto cargo que exercia. E desejo que S. Exa. se mantenha numa posição digna de respeito às instituições, porque a sua renúncia foi individual, ato seu, jamais conspirando contra a Constituição e contra a democracia.

Isto é que desejo de S. Exa., para que eu e toda a nação brasileira continuemos respeitando aquele que, a meu ver, não deveria ter praticado o ato que praticou, mas, se o fez, merece o meu respeito. E não desejo, na conjuntura atual, comentá-lo.

Agora, quanto ao novo Presidente da República, tenho a certeza de que, se S. Exa. voltasse de sua viagem para o exercício do poder na base do ódio, da divisão da família brasileira; se S. Exa. ferisse a Constituição da República que jurou defender, desrespeitando seus postulados, desrespeitando-a no que há de fundamental, não poderia ser feliz, porque ninguém que jurou defender um princípio, e que o trai, pode conquistar a tranquilidade de espírito.

Mas acredito que há homens que vivem e se conduzem pelos exemplos de seus semelhantes e o exemplo ai está. Quem não deseja, nestes dias conturbados, a paz para o Brasil, uma época de tranquilida-

dade para que haja progresso e desenvolvimento?

Termino por manifestar a Vossa Excelência, Sr. Deputado Sérgio Magalhães, já que seu irmão não existe mais, o nosso desejo de que a idéia de Agamenon Magalhães, consubstanciada neste projeto que se transformou em um volume, o 3-B, de repressão ao poder econômico — encontre guarida no espírito dos legisladores brasileiros. Assim, a nação brasileira por inteiro se desenvolverá e haverá mais tranquilidade, mais fé, mais disposição de lutar na raça brasileira, que ama a democracia e muitas vezes descreve dela, não porque a democracia não falhe, mas pelos erros dos próprios homens.

Sr. Presidente, Sérgio Magalhães, acredito que agora o projeto de repressão ao abuso do poder econômico tenha andamento e se transforme brevemente numa lei justa e equidosa. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Magalhães) — Comunico ao plenário a convocação de uma sessão extraordinária matutina, amanhã, às 9 horas, com Ordem do Dia que será anunciada ao final desta sessão.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Ulisses Guimarães. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Mário Béni. (Pausa).

Não está presente.

O SR. ELOY DUTRA * — Sr. Presidente, Srs. Deputados, leio numa edição extra do "Correio Braziliense", a seguinte nota:

"Depois de encerrada a parada militar hoje pela manhã, em comemoração ao Dia do Soldado, os 3 Ministros Militares estiveram no Palácio e disseram ao Presidente que sua política exterior estava criando chama de intransquilidade.

* Não foi revisto pelo orador.

Fizeram-lhe ver que não se responsabilizariam pelo que poderia advir dessa insegurança, e esse teria sido o motivo da renúncia do Presidente Jânio Quadros, pois pouco mais tarde o Presidente entregava o seu pedido de renúncia ao Sr. Pedroso Horta".

Este País tem atravessado as mais dolorosas crises na concretização do nosso regime democrático; muito temos sofrido para que o regime democrático seja uma realidade. O Congresso Nacional recebeu com tranquilidade, sobriedade, ponderação e altivez a renúncia do Presidente da República, que é um ato de vontade, um ato unilateral. Mas teria sido essa renúncia um ato de vontade, uma atitude espontânea de quem quisesse realmente se retirar da vida pública por motivos pessoais, exclusivamente pessoais?

Neste momento, Sr. Presidente, Senhores Deputados, teremos o teste para saber se vivemos numa democracia consentida ou numa legítima democracia. A renúncia do Sr. Jânio Quadros causou sentimentos diversos em áreas diversas. Muitos udenistas devem, neste momento, estar sentindo o alívio do filho que foram buscar numa creche, sem saber-lhe o temperamento birrento em detrimento, talvez, do autêntico filho.

Neste momento, Sr. Presidente, Senhores Deputados, o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, por força dos dispositivos constitucionais, chama-se João Belchior Goulart. Diz a notícia do "Correio Braziliense", órgão dos Diários Associados, jornal bem informado, que os três Ministros Militares informaram ao Senhor Jânio Quadros que a sua política exterior acendera a chama da intransquilidade. Que intransquilidade? Intransquilidade de quem? Intransquilidade por que?

Todos os países do mundo, países de tradição católica, apostólica, romana, mantém relações com os países da Cortina de Ferro e nem

por isso são países comunistas, nem por isso deixaram de ser países católicos, nem por isso abriram mão de seus direitos e de suas prerrogativas democráticas a favor de qualquer regime da extrema esquerda ou da extrema direita. São países independentes e independentes, continuam.

Poderá o atual Presidente da República, Sr. João Belchior Goulart, prosseguir a política externa do Presidente Jânio Quadros, que é a política do Partido Trabalhista Brasileiro, que é a política que representava atualmente no Oriente em nome do próprio Presidente da República? Poderá o Sr. João Belchior Goulart livremente adotar as atitudes de Presidente da República em relação a essa política que a Constituição lhe permite?

O Sr. Osmar Cunha — Não.

O SR. ELOY DUTRA — Não, disse um Deputado do Partido Social Democrático. Não. Não pode. Terá de assinar, provavelmente redigido pelo Deputado que me apontou, o compromisso de adotar uma política exterior de acordo com a idéia de certos grupos ainda não convencidos da autenticidade de nossa democracia, de acordo com o esquema de insegurança em que se sentem; assinar provavelmente um documento em que se propõe a seguir uma linha, nem para direita, nem para esquerda, ser bom moço, obedecer sempre aos dispositivos militares, às idéias de grupos, para que a paz reine, que possamos ficar em Brasília recebendo os nossos subsídios, gozando o clima-seco do Planalto, para que nossa democracia, enfim, sobreviva.

Mas isto é democracia? Este Congresso encarárá tal atitude como democrática? Ou nos teremos convertidos num Congresso de fancharia, num Congresso de mentira, num Congresso que deixou de ser uma das forças independentes da República? Teremos de seguir a orientação de grupos econômicos, enquanto todos os países do mundo, católicos, apostólicos, romanos,

mantêm seus regimes dentro de toda a dignidade, repudiando o regime comunista, mas mantendo, por força da sua própria vitalidade democrática, relações com esses países, sem nenhum temor? Teremos nós, neste Congresso, de tornar-nos abúlicos? Teremos nós de tornar-nos representantes do "bom-mocismo" nacional?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nem extrema esquerda, nem extrema direita. O Brasil é, antes de tudo, uma democracia na qual os brasileiros, em determinados momentos, custam muito a acreditar. E não acredito que em nenhuma autêntica democracia, o simples reatamento de relações com países da cortina de ferro, exercido por tantos outros países, signifique, entre nós a implantação do regime comunista. Então somos um país, não fraco, mas podre, caindo pelas bases, sem necessidade de Congresso. Teremos apenas a qualidade de uma dessas republiquetas em que os ditadores se sucedem de acordo com as ordens dos generais.

Neste momento, Srs. Deputados, a renúncia do Presidente Jânio Quadros causou alívios, impactos, decepções e surpresas. Não sou da área janista, mas não deixo de reconhecer um profundo desprendimento num homem de quarenta e três anos que renuncia ao supremo mandato da Nação. E lamento que desta tribuna, os líderes janistas não tenham dito isto antes de um vice-líder petebista.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, disse eu há dois ou três dias, em dois discursos consecutivos, que isto é um plano pré-fabricado. E agora dou, sob reserva de responsabilidade, porque não fui eu próprio quem a escutou, a notícia que me acabam de transmitir, de que no meu Estado, na Guanabara, o Procurador-Geral das forças reacionárias neste País, que denunciei em artigos na imprensa seis meses atrás, que denunciei desta tribuna três meses atrás, já está no vídeo, usando a técnica de dicção da Professora Esther Leão, para aconselhar o Exército a não dar posse

ao Sr. João Goulart. É a segunda fase do plano pré-fabricado.

O Sr. José Joffily — Nobre colega Elói Dutra, vamos reconhecer que no plano da política externa os compromissos que o Sr. João Goulart tem perante a Nação são exatamente aqueles assumidos pelo ex-Presidente Jânio Quadros.

O SR. ELOY DUTRA — Perfeitamente.

O Sr. José Joffily — De sorte que, na medida em que nós, como representantes do povo, capazes de interpretar os sentimentos e os anseios desta opinião pública, na medida em que tomarmos posições como esta, está tomando V. Exa., terá o Sr. João Goulart forças e bases políticas e populares para cumprir os compromissos que Sua Exceléncia assumiu perante a Nação, nos mesmos termos, durante a campanha eleitoral e posteriormente, em que foram assumidos pelo Sr. Jânio Quadros. Portanto, nosso papel não é abrir portas para concessões, nem capitulações. Nossa papel, se estamos realmente empenhados na sobrevivência do regime e no respeito a esta Casa e ao Congresso, é exigir do povo brasileiro que por sua vez, exija do Sr. João Goulart o cumprimento daqueles compromissos, isto é, política externa de respeito à autodeterminação dos povos, política capaz de estender as relações comerciais e diplomáticas do Brasil com todos os povos, a exemplo do que fez o Sr. Jânio Quadros. (Muito bem.) Pouco importa se há ou não castigo reservado para essa linha de conduta. O nosso dever, dever de sobrevivência, é sustentar esses princípios. (Muito bem.)

O SR. ELOY DUTRA — Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho de família católica, apostólica, romana. Meus pais são católicos, apostólicos, romanos. Meus avós eram católicos, apostólicos, romanos. Se não sou católico é porque não recebi a graça. Mas acredito que não seja uma profunda

154.ª SESSÃO, EM 25 DE AGOSTO DE 1961

511

atitude de fraqueza dêste Congresso qualquer anuênci a manobras sutis, manobras de "ponderação", entre aspas, manobras, enfim, que representem o pensamento, daqueles grupos que temem a política externa, mais por questão psicológica do que propriamente por ideal político. Acredito que o Sr. João Belchior Goulart, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, comprometido com a política exterior, não do Presidente Jânio Quadros, mas do Partido Trabalhista Brasileiro, tenha ânimo suficiente para levá-la adiante, sem fraquezas e sem receios. Se ele a levar mais adiante alguns homens estarão profundamente felizes, por que, então, virá aquilo que talvez no seu subconsciente seja grande desejo: que a extrema direita impere neste País. Não desejo que leve adiante, mas também não desejo que recue, não desejo a implantação do regime comunista neste País, mas não desejo, também, que prevaleça um regime capitalista que condene as barbaridades da Hungria mas faz olhos de cego e ouvidos de mercador para genocidas como Franco e Trujillo, que matam diariamente centenas de criaturas, que só provocam risos e gargalhadas dos democratas. Se esta política externa falhar, por coação de quaisquer grupos, sejam eles militares ou econômicos, o Senhor João Belchior Goulart, Presidente da República, terá falhado.

Peço a Deus e acredito que tal não aconteça, até porque, Senhores Deputados, dentro da miséria e da grandeza que existe dentro de qualquer ser humano, há um sentimento que se chama autenticidade. No caso de falhar o Senhor João Goulart, que acredito não falhará, não vejo o porquê da representação do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa. Dentro da minha pouca importância e da minha humildade, serei o primeiro a renunciar a meu mandato. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Tendo falado quatro oradores inscritos, declaro encerrada a discussão do projeto.

Tendo sido oferecidas emendas ao Projeto n.º 3-B, de 1955, em discussão única, volta o mesmo às Comissões de Constituição e Justiça; de Economia e de Finanças.

N.º 1

Redija-se o parágrafo 1.º do artigo 16 da seguinte forma e suprime-se o parágrafo 2.º do mesmo artigo.

Parágrafo único — A convite do Presidente, por indicação do relator, qualquer pessoa poderá prestar esclarecimentos à CADE a propósito de assuntos que estejam em pauta.

Justificação

As informações devem ser obtidas onde possam ser encontradas e é preferível permitir à CADE que convide qualquer pessoa para prestar esclarecimentos. Estes serão, naturalmente, limitados aos assuntos em pauta.

A nova redação do parágrafo 1.º torna inútil o parágrafo 2.º. Desde que prestadas as informações, o convidado é dispensado. — *Othon Müder. — Nestor Duarte.*

N.º 2

Ao artigo 22, acrescente-se.

Parágrafo único. As normas a que se refere este artigo serão uniformes para cada gênero de negócio, independentemente da forma ou tipo das empresas e da respectiva localização.

Justificação

A uniformidade das normas de escrituração contábil encontra sua justificativa apenas na sua extensão ao maior número possível de empresas, sem o que, deixará de ser uniformidade para transformar-se em mera ingerência da CADE na empresa que, a seu critério, escolher para esse fim.